



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 567552 - SP (2020/0071537-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : JOAO CARLOS DE JESUS NOGUEIRA
ADVOGADO : JOÃO CARLOS DE JESUS NOGUEIRA - SP376092
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GABRIEL FIRMINIANO FERREIRO (PRESO)
PACIENTE : DAVI DOS SANTOS COUTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de GABRIEL FIRMINIANO FERREIRO e DAVI DOS SANTOS COUTO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n.º 0000697-26.2020.8.26.0000).

Os Pacientes foram presos em flagrante, no dia 23/11/2019 (convertido o flagrante em prisão preventiva na mesma data), pela suposta prática dos delitos previstos no art. 157, § 2.º, incisos II e V, e § 2.º-A, inciso I, e no art. 157, § 2.º, inciso II, e § 2.º-A, inciso I, c.c. o art. 69, todos do Código Penal.

Isso porque, consoante a denúncia, oferecida em 26/11/2019, os Pacientes, agindo em concurso com terceiro agente não identificado, "*subtraíram, para proveito comum, com grave ameaça exercida mediante o emprego de arma de fogo e restringindo a liberdade da vítima, mantendo-a cativa, em seu poder e posteriormente amarrando-a, o veículo Renault [...], um aparelho de telefonia celular [...], em desfavor da vítima [...]*" (fl. 26).

Narra, ainda, a inicial acusatória, que, logo a seguir, os Increpados subtraíram bens de uma segunda Vítima, utilizando-se, também, de "[...] *grave ameaça exercida mediante o emprego de arma de fogo e violência*" (fls. 26-27).

O pedido de revogação da prisão preventiva foi indeferido em 13/12/2019 (fl. 31), sendo, um segundo pedido, indeferido em 04/03/2020 (fl. 39).

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal *a quo*, que denegou a ordem (fls. 40-45).

Neste *writ*, a Defesa sustenta que não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, cuja manutenção estaria baseada apenas na gravidade abstrata do delito.

Alega a possibilidade de aplicação de medidas cautelares alternativas, bem como ressalta que os Pacientes ostentam condições pessoais favoráveis.

Aduz, ainda, que, "*quando solicitada a análise de ofício quanto à necessidade da manutenção da preventiva a cada 90 dias mediante decisão fundamentada por força do parágrafo único do artigo 316, do CPP, incluído recentemente pela Lei 13.964/2019*" (fl. 5), o Magistrado singular indeferiu o pleito em decisão não fundamentada.

Argumenta, também, que não se pode ignorar a situação de pandemia "*recentemente decretada pela Organização Mundial de Saúde em razão do COVID-19*" (fl. 5), além do "*Provimento CSM nº 2545/2020, que suspendeu os prazos, o atendimento ao público e as audiências, pelo prazo inicial de trinta dias*" (fl. 5), bem como assevera que os Pacientes "*não podem ficar segregados em regime gravoso por tempo indeterminado, suportando prejuízo pelo*

qual não deram causa, uma vez que a designação de nova data, se o caso, será realizada somente após a normalização da situação no País" (fl. 6).

Requer, em liminar e no mérito, seja assegurado aos Pacientes o direito de responderem à ação penal em liberdade, aplicando-se "*qualquer medida cautelar diversa ao cárcere*" (fl. 6).

É o relatório inicial.

Passo a decidir o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora.

Todavia, ao menos por ora, não se mostram presentes os pressupostos autorizadores da medida urgente requerida no caso em apreço, mormente porque **o Magistrado singular** afirmou a **gravidade concreta** dos crimes supostamente praticados pelos Pacientes e por um terceiro agente não identificado, ressaltando o emprego de **violência efetiva** contra as vítimas, o que justifica, em princípio, a prisão cautelar como garantia da ordem pública.

Por oportuno, confira-se o seguinte trecho da decisão que converteu o flagrante em prisão preventiva (fl. 15; sem grifos no original):

*"Quanto à representação pela prisão preventiva, verifico que a dupla indiciada praticou dois roubos em sequência, à mão armada, e inclusive com emprego de violência efetiva contra as duas vítimas, uma delas abandonada amarrada a uma árvore em região de mata, e a outra agredida à coronhada, inclusive exigindo sutura na cabeça, o que revela tanto **audácia como personalidades violentas**, com alto potencial de comprometimento da ordem pública, dado o pânico coletivo que revelaram disposição para disseminar, sem falar na fuga em alta velocidade pelas ruas de uma das comarcas onde se deram os fatos, somente interrompidos porque o motorista em fuga perdeu o controle e abalroou o automóvel da vítima. Importa, também, que há um terceiro malfeitor ainda não identificado, revelando-se por isso importante a manutenção da custódia também para resguardo da apuração da autoria em sua integralidade, em prol da investigação."*

A propósito: "[s]ão idôneos os motivos apontados para justificar a prisão preventiva do paciente, pois evidenciam a gravidade em concreto da conduta delitiva, roubo com emprego de arma de fogo e em concurso com três agentes" (HC 477.893/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 02/10/2019).

Anote-se, ainda, que, consoante a jurisprudência desta Corte, "[m]ostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação encontra-se fundada na gravidade efetiva do delito, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novos crimes" (HC 544.043/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 10/02/2020).

Outrossim, a existência de condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema.

Registre-se, por fim, que "[m]atéria não apreciada pelo Juiz e pelo Tribunal de segundo grau não pode ser analisada diretamente nesta Corte, sob pena de indevida supressão de instância" (AgRg no HC 525.332/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 19/12/2019).

Concluo, assim, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação

configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas e atualizadas ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, notadamente acerca da situação prisional dos Pacientes e do andamento da ação penal, solicitando-lhes, ainda, a senha de acesso às informações processuais.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora